



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SEI 19957.000101/2017-66

Reg. Col. 0786/2017

**Acusados:** Alexandre Souza de Azambuja  
Gedeão do Nascimento  
Doriane Anunciação Markiewicz  
Walid Nicolas Assad

**Assunto:** Apurar eventual responsabilidade dos diretores da EOX Energia Eólica S.A., por infração aos artigos 153, 100 e 177, *caput* da Lei nº 6.404/1976 e ao artigo 14 da Instrução CVM nº 480/2009 e de seus conselheiros de administração, por infração aos artigos 142, inciso III, e 153 da Lei nº 6.404/1976.

**Diretor Relator:** Pablo Renteria

## RELATÓRIO

### I – Origem

1. Este processo sancionador tem origem na inspeção solicitada pela Superintendência de Relações com Empresas (“SEP”)<sup>1</sup> e realizada pela Superintendência de Fiscalização Externa (“SFI”) em um grupo de 14 (quatorze) companhias vinculadas a Alexandre Souza de Azambuja (“Alexandre Azambuja”) que, em entrevista ao Estadão.com.br, informou que tinha como meta montar uma ‘linha de produção’ de cem companhias por ano, ao longo de

---

<sup>1</sup> Memo SEP/GEA-2/Nº094/2013, de 6.9.2013 (Doc. SEI nº 0204326).



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5ª e 23-34ª Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil - Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

dez anos. A EOX Energia Eólica S.A. (“EOX” ou “Companhia”) faz parte do dito grupo e teve seu registro de companhia aberta concedido em 25.2.2013.

### **II – Relato dos Fatos**

2. De acordo com o Formulário de Referência (“FRE”) de 2012–v1, apresentado em 4.3.2013, as ações da EOX estavam distribuídas da seguinte forma: (i) Templeton Trust Investimentos Ltda. (“Templeton”) detinha 89,9994% das ações; (ii) Alexandre Azambuja, 10%; e (iii) outros: 0,0006%.

3. De acordo com a SEP, Alexandre Azambuja detinha 95%<sup>2</sup> das cotas da Templeton, além de ocupar os cargos de Diretor Presidente, de Relações com Investidores e Presidente do Conselho de Administração da EOX (itens 6 e 7 do Termo de Acusação).<sup>3</sup>

4. O Relatório de Inspeção elaborado pela SFI<sup>4</sup> no âmbito do Processo CVM nº RJ2013/9741 destaca dois pontos principais. O primeiro trata dos livros sociais da Companhia enquanto o segundo cuida dos aumentos de capital. No que tange aos livros sociais, a SFI constatou a inexistência do Livro de Registro de Ações Nominativas. Os demais livros apresentados, inclusive o Diário e o Razão, não se revestiam das formalidades legais mínimas, além de estarem desatualizados.

5. Também foi constatado que a Companhia não possuía o Livro Caixa, destinado a evidenciar as movimentações ocorridas em espécie. Adicionalmente, verificou-se que as Atas de Assembleias de Acionistas (AGE/AGO) e das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia eram controladas manualmente, sem que existisse livro próprio para a guarda desses documentos.

6. A equipe de inspeção da CVM relatou que os controles internos encontrados na Companhia não asseguravam a segurança, a integridade, a confiabilidade e a fidedignidade das informações societárias e contábeis necessárias à condução regular dos negócios sociais, em conformidade com a legislação aplicável vigente.

---

<sup>2</sup> A participação de Alexandre Azambuja na Templeton foi reduzida para 65% na 5ª alteração contratual, datada de 2.1.2013.

<sup>3</sup> Doc. SEI nº 0209664.

<sup>4</sup> Doc. SEI nº 0209310.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil - Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

7. O segundo ponto de destaque da inspeção versa sobre os aumentos de capital da EOX. Do total de R\$ 500.000,00 subscritos entre 8.6.2010 e 31.12.2011, apenas R\$ 118.350,00 haviam sido integralizados, sendo a maior parte em dinheiro. De uma parte, os inspetores verificaram que havia previsão nos boletins de subscrição de que parte da subscrição de capital de 30.12.2011, realizada por Alexandre Azambuja (R\$ 41.652,00) e Templars Trust Investimentos Ltda. (R\$ 339.398,00) seria integralizada em até vinte e quatro meses, ou seja, até 31.12.2013. Nada obstante, até essa data, tais parcelas da integralização não haviam sido contabilizadas. Os inspetores destacaram a propósito que os recibos de integralização foram firmados por Alexandre Azambuja, representando a Companhia, inclusive aqueles subscritos em favor dele e da Templeton.

8. De outra parte, os inspetores ressaltaram que parcela expressiva dos pagamentos feitos à Companhia, em razão das integralizações de capital, teria sido efetuada em dinheiro e lançados diretamente na conta caixa geral. No entanto, a fidedignidade dos registros seria altamente duvidosa, não tendo a Companhia apresentado extratos bancários no período anterior a 2013, no qual as integralizações teriam supostamente ocorrido.

9. Ademais, os inspetores não encontraram evidência de que os recursos supostamente recebidos tivessem sido objeto de aplicação financeira. Ao contrário, segundo os registros contábeis encontrados, a totalidade – ou quase a totalidade – dos recursos financeiros disponíveis eram mantidos ‘no caixa’, e não em instituições financeiras, contrariando a prática usual esperada das companhias abertas. A esse respeito, os inspetores observaram que, em razão disso, a EOX não auferiu receita financeira, muito embora incorresse no pagamento de tarifas para a manutenção de contas bancárias.

10. Os inspetores relataram ainda que procuraram validar a existência do saldo do Caixa e Equivalentes de Caixa (conta contábil 1.01.01), referente a data de 8.10.2013, mas não encontraram recursos financeiros disponíveis na sede social da Companhia. Tampouco os representantes da Companhia apresentaram justificativa razoável acerca da inexistência dos recursos correspondentes ao referido saldo.

11. Ainda nessa direção, os inspetores sublinharam que, no curso dos seus trabalhos de auditoria relativos aos exercícios sociais de 2010 a 2012 da EOX, a Paraná Auditores



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

Associados não confirmou a existência física dos ativos representados pelos saldos da conta Caixa Geral, mediante o acompanhamento de contagem de caixa.

12. Em vista disso, a SEP concluiu que a Companhia não cumpria com as formalidades previstas para o registro adequado dos fatos contábeis. Como consequência, a EOX apresentou à CVM, para fins de registro como emissor de valores mobiliários, conjunto de documentos, entre os quais se incluem o Estatuto Social e o Formulário de Referência, que não refletia fidedignamente o seu capital social.

13. Para a SEP, as provas dos autos permitiriam ir além e concluir que, em realidade, o dinheiro supostamente recebido em razão das integralizações nunca ingressou no caixa da Companhia.

### III – Acusação

14. A SEP concluiu que os diretores da EOX, à época do pedido de registro inicial de companhia aberta, teriam descumprido (i) o dever de diligência previsto no art. 153 da Lei nº 6.404/1976; (ii) as regras previstas no art. 100 da Lei nº 6.404/1976 a respeito dos Livros Sociais; (iii) as regras previstas no art. 177, *caput*, da Lei nº 6.404/1976 a respeito da escrituração contábil; e (iv) as regras previstas no art. 14 da Instrução CVM nº 480/2009 a respeito da divulgação de informações.

15. Os fatos apresentados também indicariam que os conselheiros de administração, à época do pedido de registro inicial de companhia aberta, descumpriram o dever de fiscalização, disposto no inciso III do artigo 142, e o dever de diligência, previsto no artigo 153 da Lei nº 6.404/1976.

16. Diante do exposto, a SEP propôs a responsabilização de:

- (a) **Alexandre Souza de Azambuja**, na qualidade de diretor-presidente e diretor de relações com investidores, em função das inconsistências nos Livros Sociais e pelos Aumentos de Capital “fictícios”, em infração aos artigos 153, 100 e 177, *caput*, da Lei nº 6.404/1976 e ao art. 14 da Instrução CVM nº 480/2009;



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

- (b) **Gedeão do Nascimento**, na qualidade de diretor vice-presidente, em função das inconsistências nos Livros Sociais e pelos Aumentos de Capital “fictícios”, em infração aos artigos 153, 100 e 177, *caput*, da Lei nº 6.404/1976 e ao art. 14 da Instrução CVM nº 480/2009;
- (c) **Doriane Anuniação Markiewicz**, na qualidade de vice-presidente do conselho de administração, em função da falta de diligência e de fiscalização em relação às inconsistências nos Livros Sociais e aos Aumentos de Capital “fictícios”, em infração aos artigos 142, inciso III, e 153 da Lei nº 6.404/1976; e
- (d) **Walid Nicolas Assad**, na qualidade de vice-presidente do conselho de administração, em função da falta de diligência e de fiscalização em relação às inconsistências nos Livros Sociais e aos Aumentos de Capital “fictícios”, em infração aos artigos 142, inciso III, e 153 da Lei nº 6.404/1976.
17. Por fim, a Acusação sugere a comunicação ao Ministério Público do Estado do Paraná, tendo em vista os indícios de crime de ação penal pública, conforme o artigo 177, §1º, inciso I do Código Penal.<sup>5</sup>

### **IV – Da Manifestação da PFE**

18. Ao examinar o Termo de Acusação, a Procuradoria Federal Especializada (“PFE”) entendeu que se encontravam atendidos os requisitos elencados nos incisos I a V do art. 6º, bem como a exigência prevista no art. 11, ambos da Deliberação CVM nº 538/2008.<sup>6</sup> Além disso, a PFE também entendeu que o Ministério Público do Estado do Paraná deveria ser comunicado, em vista da existência de indícios de prática de crime.

---

<sup>5</sup> Art. 177 - Promover a fundação de sociedade por ações, fazendo, em prospecto ou em comunicação ao público ou à assembleia, afirmação falsa sobre a constituição da sociedade, ou ocultando fraudulentamente fato a ela relativo:

§ 1º - Incorrem na mesma pena, se o fato não constitui crime contra a economia popular:

I - o diretor, o gerente ou o fiscal de sociedade por ações, que, em prospecto, relatório, parecer, balanço ou comunicação ao público ou à assembleia, faz afirmação falsa sobre as condições econômicas da sociedade, ou oculta fraudulentamente, no todo ou em parte, fato a elas relativo.

<sup>6</sup> PARECER nº 00017/2017/GJU-4/PFE-CVM/PGF/AGU (Doc. SEI nº 0222473).



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### **V – Das Defesas**

19. Devidamente intimados, mediante notificação com aviso de recebimento, bem como por meio de edital publicado no Diário Oficial da União,<sup>7</sup> os acusados não apresentaram defesa.

### **VI – Da Distribuição do Processo por Sorteio**

20. Em reunião do Colegiado ocorrida no dia 29.8.2017, fui sorteado como relator deste processo.<sup>8</sup>

É o relatório.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

Pablo Renteria

**DIRETOR-RELATOR**

---

<sup>7</sup> Doc. SEI nº 0313624.

<sup>8</sup> Doc. SEI nº 0325345.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº SEI 19957.000101/2017-66

Reg. Col. 0786/2017

**Acusados:** Alexandre Souza de Azambuja  
Gedeão do Nascimento  
Doriane Anunciação Markiewicz  
Walid Nicolas Assad

**Assunto:** Apurar eventual responsabilidade dos diretores da EOX Energia Eólica S.A., por infração aos artigos 153, 100 e 177, *caput* da Lei nº 6.404/1976 e ao artigo 14 da Instrução CVM nº 480/2009 e de seus conselheiros de administração, por infração aos artigos 142, inciso III, e 153 da Lei nº 6.404/1976.

**Diretor Relator:** Pablo Renteria

### VOTO

#### I – Objeto

21. Cuida-se de processo administrativo sancionador instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas (“SEP”) para apurar as responsabilidades dos diretores e membros do conselho de administração da EOX Energia Eólica S.A. (“EOX” ou “Companhia”) por falhas relativas aos livros sociais, à escrituração contábil e à divulgação de informações ao mercado.
22. As irregularidades apontadas foram apuradas a partir de inspeção *in loco* realizada pela Superintendência de Fiscalização Externa (“SFI”) na EOX e em outras sociedades



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5ª e 23-34ª Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

vinculadas a Alexandre Souza de Azambuja (“Alexandre Azambuja”), no período compreendido entre 7.10.2013 e 30.7.2014.

23. Com base nas provas colhidas durante a inspeção, a SEP concluiu que os diretores da EOX teriam descumprido o disposto nos artigos 153, 100 e 177, *caput*, da Lei nº 6.404/1976, bem como o preceituado no artigo 14 da Instrução CVM nº 480/2009. Já os membros do conselho de administração da Companhia não teriam agido com diligência na fiscalização da gestão da diretoria, em infração aos artigos 142, inciso III, e 153 da Lei nº 6.404/1976.

24. Devidamente intimados, os acusados não apresentaram defesa, assim como não responderam aos ofícios enviados pela SEP, ainda durante o procedimento apuratório, em cumprimento ao disposto no art. 11 da Deliberação CVM nº 538/2008. Desta feita, as provas trazidas nos autos não foram contestadas.

25. Passo a examinar as diferentes acusações imputadas aos defendentes.

## **II – Exame das acusações**

### **II.1 – Livros Sociais**

26. As provas dos autos permitem concluir firmemente que a EOX não possuía os seguintes livros sociais, todos obrigatórios nos termos do art. 100 da Lei nº 6.404/1976:

- (i) Livro de Registro de Ações Nominativas (art. 100, I);
- (ii) Livro de Atas de Assembleias Gerais (art. 100, IV); e
- (iii) Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração (art. 100, VI).

27. Além disso, outros livros sociais, notadamente o Diário e o Razão, não estavam atualizados e tampouco se revestiam das formalidades legais.

28. Em suma, a acusação logrou demonstrar que a EOX não conservava em ordem diversos livros sociais de uso obrigatório, cuja importância para o bom funcionamento de qualquer companhia é notória e dispensa maiores considerações. Pode-se dizer, sem exagero, que a regular manutenção dos livros sociais constitui diligência mínima que se espera da administração de qualquer companhia.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

29. Em princípio, nos termos da cláusula 5.35.3<sup>i</sup> do Estatuto Social da EOX, por tal irregularidade deveria responder o Diretor Financeiro. No entanto, como tal cargo estava vago à época dos fatos apurados neste processo, entendo que tal responsabilidade deve recair sobre todos os diretores.

30. Dessa forma, concluo, em linha com a acusação, que Alexandre Azambuja e Gedeão do Nascimento não agiram com a diligência de que deles se esperava nos termos do art. 153 da Lei nº 6.404/1976, ao não terem mantido os livros sociais da EOX em conformidade com as exigências estabelecidas no art. 100 da mesma Lei.

### **II.2 – Escrituração Contábil**

31. No que tange à escrituração contábil da EOX, avultam nos autos evidências de que os lançamentos contábeis não são minimamente confiáveis. Embora indiquem que parte significativa das integralizações do capital – ocorridas antes do registro da Companhia na CVM – tenha sido realizada em dinheiro, os inspetores não localizaram na sede social o Livro Caixa, que permitiria evidenciar as movimentações efetuadas em espécie. Além disso, os representantes da Companhia não apresentaram os extratos bancários do período anterior a 2013, no qual as integralizações teriam supostamente ocorrido.

32. Além disso, como identificado pelos inspetores, consta dos boletins de subscrição que parte da subscrição de capital de 30.12.2011, realizada por Alexandre Azambuja<sup>ii</sup> (R\$ 41.652,00) e Templars Trust Investimentos Ltda.<sup>iii</sup> (R\$ 339.998,00), seria integralizada em até vinte e quatro meses, ou seja, até 31.12.2013. No entanto, tais parcelas da integralização não haviam sido contabilizadas até tal data.

33. Também coloca em cheque a idoneidade dessas integralizações o fato de os recibos emitidos em nome da EOX terem sido firmados por Alexandre Azambuja, inclusive aqueles destinados a ele próprio e a sua sociedade Templeton.

34. Adicionalmente, os inspetores não conseguiram encontrar, na sede social ou nas contas bancárias da Companhia, os recursos financeiros que pudessem validar a existência do saldo da conta contábil Caixa e Equivalentes de Caixa (conta contábil 1.01.01), referente a data de 8.10.2013. Ao serem indagados durante a inspeção, representantes da Companhia não



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

lograram apresentar justificativa razoável acerca da inexistência dos recursos correspondentes ao referido saldo.

35. A esse respeito, a inspeção também constatou que, no curso dos trabalhos de auditoria relativos aos exercícios sociais de 2010 a 2012 da EOX, a Paraná Auditores Associados não havia confirmado a existência física dos ativos representados pelos saldos da conta Caixa Geral, mediante o acompanhamento da contagem de caixa.

36. Em suma, os fatos acima narrados evidenciam claramente que a escrituração da EOX era absolutamente inepta. Também denotam que as integralizações de capital supostamente realizadas antes de a Companhia registrar-se na CVM são desprovidas de substrato material.

37. Dessa forma, concludo, em linha com a acusação, que a escrituração contábil da EOX não foi realizada em conformidade com os ditames estabelecidos no art. 177, *caput*, da Lei nº 6.404/1976. Vale ressaltar que a regularidade da escrituração é condição indispensável para que as demonstrações financeiras sejam preparadas de modo a apresentar ao público um retrato fidedigno da situação econômico-financeira da Companhia. Por isso que, sendo inepta a escrituração, a qualidade das informações contábeis encontra-se irremediavelmente corrompida.

38. Em princípio, nos termos do Estatuto Social, caberia ao Diretor Financeiro da Companhia responder por essa irregularidade. No entanto, considerando a vacância do cargo à época dos fatos apurados neste processo, tal responsabilidade deve recair sobre todos os diretores que estavam no exercício de suas funções.

39. Assim, devem ser responsabilizados Alexandre Azambuja e Gedeão do Nascimento por não terem agido com a diligência na realização da escrituração contábil da EOX.

### **II.3 – Prestação de informações para registro de companhia aberta**

40. Como consequência das diferentes irregularidades apontadas neste voto, a EOX apresentou à CVM, para fins de registro como emissora de valores mobiliários, conjunto de documentos que continham informações não verdadeiras, notadamente as informações sobre o capital social contidas no Estatuto Social e no Formulário de Referência.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

41. Desse modo, concordo com a acusação que os diretores da EOX infringiram o disposto no art. 14 da Instrução CVM nº 480/2009, segundo o qual “*o emissor deve divulgar informações verdadeiras, completas, consistentes e que não induzam o investidor a erro*”.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

### **II.4 – Responsabilidade dos conselheiros**

42. Os fatos apurados neste processo demonstram, inequivocamente, que os membros do Conselho de Administração não fiscalizavam minimamente a gestão da diretoria da EOX, uma vez que se mantiveram omissos ante as graves e flagrantes irregularidades cometidas pelos diretores.

43. O mínimo que se espera da diretoria de uma companhia aberta é que mantenha em ordem os livros sociais obrigatórios e a escrituração contábil. Essas são medidas básicas de gestão, cuja inobservância revela um quadro aberrante de anomalia. A despeito disso, os membros do Conselho de Administração quedaram-se inertes e não adotaram providência alguma para reverter o estado irregular em que se encontrava a EOX.

44. Desse modo, concludo, em linha com a acusação, que os conselheiros Doriane Markiewicz e Walid Assad não fiscalizaram diligentemente a gestão dos diretores da Companhia. Ambos infringiram, dessa forma, os deveres legais estabelecidos no art. 142, III, e 153 da Lei nº 6.404/1976. De acordo com o primeiro dispositivo, cumpre ao Conselho de Administração “*fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos*”.

### **III – Conclusão**

45. Como exposto neste voto, as acusações formuladas em face dos diretores da EOX se encontram devidamente comprovadas nos autos. Do mesmo modo, mostram-se procedentes as infrações imputadas aos membros do Conselho de Administração da Companhia.

46. Quanto à dosimetria da pena, cumpre relatar que os acusados Alexandre Azambuja,<sup>iv</sup> Gedeão do Nascimento,<sup>v</sup> Doriane Anunciação Markiewicz<sup>vi</sup> e Walid Assad<sup>vii</sup> já foram apenados no âmbito de diversos processos administrativos sancionadores julgados por este Colegiado, alguns inclusive com trânsito em julgado. De toda sorte, a inspeção que deu origem ao presente processo administrativo sancionador é de 30.7.2014, anterior ao trânsito em julgado dos mencionados processos, motivo pelo qual tais condenações não serão consideradas para fins de reincidência.<sup>viii</sup>



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5ª e 23-34ª Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

47. De toda sorte, como já transitaram em julgado antes do presente julgamento, tais punições constituem circunstâncias agravantes, que devem ser consideradas na dosimetria da pena. De outra parte, há de se considerar em benefício dos acusados, a reduzida dispersão do capital social da Companhia, com apenas 4 acionistas. Diante disso, com fundamento no art. 11 da Lei nº 6.385, de 1976, voto nos seguintes termos:

- (a) em relação à **Alexandre Souza de Azambuja**, na qualidade de diretor-presidente e diretor de relações com investidores da EOX Energia Eólica S.A.,
  - i. condenação à penalidade pecuniária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por infração ao art. 100 c/c art. 153, ambos da Lei nº 6.404/1976;
  - ii. condenação à penalidade pecuniária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por infração ao art. 177 c/c art. 153, ambos da Lei nº 6.404/1976;
  - iii. condenação à penalidade pecuniária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por infração ao art. 14 da Instrução CVM nº 480/2009;
- (b) em relação à **Gedeão do Nascimento**, na qualidade de diretor vice-presidente da EOX Energia Eólica S.A.,
  - i. condenação à penalidade pecuniária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por infração ao art. 100 c/c art. 153, ambos da Lei nº 6.404/1976;
  - ii. condenação à penalidade pecuniária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por infração ao art. 177 c/c art. 153, ambos da Lei nº 6.404/1976;
  - iii. condenação à penalidade pecuniária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por infração ao art. 14 da Instrução CVM nº 480/2009;
- (c) em relação à **Doriane Anunciação Markiewicz**, na qualidade de conselheira da EOX Energia Eólica S.A., condenação à penalidade pecuniária de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), por descumprimento dos deveres de diligência e de fiscalização em relação aos atos da diretoria, em infração aos arts. 153 e 142, inciso III, ambos da Lei nº 6.404/76.



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5º e 23-34º Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

(d) em relação à **Walid Nicolas Assad**, na qualidade de conselheira da EOX Energia Eólica S.A., condenação à penalidade pecuniária de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), por descumprimento dos deveres de diligência e de fiscalização em relação aos atos da diretoria, em infração aos arts. 153 e 142, inciso III, ambos da Lei nº 6.404/76.

É como voto.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 2018.

Pablo Renteria

DIRETOR-RELATOR

---

<sup>i</sup> 5.35.3 - Compete ao Diretor Financeiro: (i) auxiliar o Diretor Presidente em suas funções; (ii) coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia; (iii) coordenar e supervisionar o desempenho e os resultados das áreas de finanças de acordo com as metas estabelecidas; (iv) gerir as informações dos resultados econômico-financeiros da Companhia, bem como fornecer periodicamente informações relativas a este desempenho econômico-financeiro à Assembleia Geral e ao Conselho de Administração; (v) administrar e aplicar os recursos financeiros, a receita operacional e não operacional; (vi) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas; (vii) coordenar a implantação de sistemas financeiros e de informação gerencial; (viii) executar atividades de análise, acompanhamento e avaliação do desempenho financeiro, além de promover estudos e propor alternativas para o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia; (ix) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras da Companhia, bem como a sua apresentação aos auditores externos, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, se em funcionamento; (x) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal, quando necessários; (xi) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia para atendimento das determinações legais; e (xii) exercer outras funções ou atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente.

<sup>ii</sup> Dos R\$ 49.002,00 subscritos, R\$ 7.350,00 foram integralizados à vista em dinheiro e os demais R\$ 41.652,00 seriam integralizados em 24 meses.

<sup>iii</sup> Dos R\$ 399.998,00 subscritos, R\$ 60.000,00 foram integralizados à vista em dinheiro e os demais R\$ 339.998,00 seriam integralizados em 24 meses.

<sup>iv</sup> Alexandre Souza de Azambuja já foi condenado em 11 processos:

(1) PAS CVM nº RJ2013/11113, julg. em 11.8.2015: condenado à (i) multa de R\$50.000,00, por infração ao art. 170, §3º, c/c art. 8º, ambos da Lei nº 6.404/76; (ii) multa de R\$50.000,00, por infração ao art. 170, §1º da Lei nº 6.404/1976; e (iii) multa de R\$50.000,00, por infração ao art. 170, §7º da Lei nº 6.404/1976;



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5ª e 23-34ª Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

- 
- (2) PAS CVM nº RJ2015/9385, julg. em 23.8.2016: condenado à multa de R\$10.000,00, por infração ao art. 21, inc. V, da Instrução CVM nº 480/2009;
- (3) PAS CVM nº RJ2015/3216, julgado em 25.10.2016: condenado à (i) multa de R\$40.000,00, por infração ao artigo 176 da Lei nº 6.404/1976; (ii) multa de R\$10.000,00, por infração ao artigo 21, incisos II e V, da Instrução CVM nº 480/2009; e (iii) multa de R\$30.000,00, por infração ao artigo 132, c/c 142, inciso IV da Lei nº 6.404/1976;
- (4) PAS CVM nº RJ2015/8186, julg. em 3.11.2016: condenado à (i) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/1976; (ii) multa de R\$60.000,00, por infração ao art. 21, inc. II e V, da Instrução CVM nº 480/2009; e (iii) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inc. IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (5) PAS CVM nº RJ2015/8459, julg. em 3.11.2016: condenado à (i) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/1976; (ii) multa de R\$60.000,00, por infração ao art. 21, inc. II e V, da Instrução CVM nº 480/2009; e (iii) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inc. IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (6) PAS CVM nº RJ2015/3387, julg. em 13.12.2016: condenado à multa de R\$60.000,00, por infração ao art. 21, inc. V, da Instrução CVM nº 480/2009;
- (7) PAS CVM nº RJ2015/8456, julg. em 13.12.2016: condenado à (i) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/1976; (ii) multa de R\$60.000,00, por infração ao art. 21, inc. II e V, da Instrução CVM nº 480/2009; e (iii) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inc. IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (8) PAS CVM nº RJ2015/11258, julg. em 13.12.2016: condenado à (i) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/1976; (ii) multa de R\$60.000,00, por infração ao art. 21, inc. II e V, da Instrução CVM nº 480/2009; e (iii) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inc. IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (9) PAS CVM nº RJ2017/905, julg. em 11.12.2017, condenado à multa de (i) R\$100.000,00 por violação ao art. 100 c/c art. 153 da Lei nº 6.404/76, (ii) multa de R\$100.000,00 pelo violação do art. 177 c/c 153 da Lei nº 6.404/76 e (iii) multa de R\$100.000,00 pela violação do art. 14 da Instrução CVM nº 480/09;
- (10) PAS CVM nº RJ2016/8914, julg. em 11.12.2017, condenado à pena de inabilitação temporária de 6 anos para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, pela violação aos arts. 100 e 177 c/c art. 153 da Lei 6404/76 e pela violação do art. 14 da Instrução CVM nº480/09;
- (11) PAS CVM nº RJ2017/628, julg. em 13.3.2018: condenado à (i) multa de R\$100.000,00 por violação ao art. 100 c/c art. 153 da Lei nº 6.404/76, (ii) multa de R\$100.000,00 pelo violação do art. 177 c/c 153 da Lei nº 6.404/76 e (iii) multa de R\$100.000,00 pela violação do art. 14 da Instrução CVM nº 480/09;

**ⁱ Gedeão do Nascimento foi condenado em 8 processos:**

- (1) PAS CVM nº RJ2015/3103, julg. em 2.8.2016: condenado à multa de R\$40.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (2) PAS CVM nº RJ2015/9385, julg. em 23.8.2016: condenado à multa de R\$10.000,00, por infração ao art. 21, inciso V, da Instrução CVM nº 480/2009;
- (3) PAS CVM nº RJ2015/3216, julg. em 25.10.2016: condenado à (i) multa de R\$40.000,00, por infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/1976; e (ii) multa de R\$10.000,00, por infração ao art. 21, inc. II e V, da Instrução CVM nº 480/2009;
- (4) PAS CVM nº RJ2015/8675, julg. em 25.10.2016: condenado à (i) multa de R\$40.000,00, por infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/1976; e (ii) multa de R\$10.000,00, por infração ao art. 21, inc. II e V, da Instrução CVM nº 480/2009;
- (5) PAS CVM nº RJ2015/3141, julg. em 22.11.2016: condenado à multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inc. IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (6) PAS CVM nº RJ2015/8456, julg. em 13.12.2016: condenado à (i) multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 176 da Lei nº 6.404/1976; e (ii) multa de R\$60.000,00, por infração ao art. 21, inc. II e V, da Instrução CVM nº 480/2009;
- (7) PAS CVM nº RJ2017/905, julg. em 11.12.2017, condenado à multa de (i) R\$100.000,00 por violação ao art. 100 c/c art. 153 da Lei nº 6.404/76, (ii) multa de R\$100.000,00 pelo violação do art. 177 c/c 153 da Lei nº 6.404/76 e (iii) multa de R\$100.000,00 pela violação do art. 14 da Instrução CVM nº 480/09;



## COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Rua Sete de Setembro, 111/2-5ª e 23-34ª Andares, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20050-901 – Brasil - Tel.: (21) 3554-8686  
Rua Cincinato Braga, 340/2º, 3º e 4º Andares, Bela Vista, São Paulo/ SP – CEP: 01333-010 – Brasil - Tel.: (11) 2146-2000  
SCN Q.02 – Bl. A – Ed. Corporate Financial Center, S.404/4º Andar, Brasília/DF – CEP: 70712-900 – Brasil -Tel.: (61) 3327-2030/2031  
[www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)

---

(8) PAS CVM nº RJ2016/8914, julgado em 11.12.2017, condenado à pena de inabilitação temporária de 6 anos para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, pela violação aos arts. 100 e 177 c/c art. 153 da Lei nº 6.404/76 e pela violação do art. 14 da Instrução CVM nº 480/09.

<sup>vi</sup> **Doriane Anunciação Markiewicz foi condenada em 3 processos:**

- (1) PAS CVM nº RJ2015/3216, julg. em 25.10.2016, condenada à multa de R\$30.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inc. IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (2) PAS CVM nº RJ2016/8914, julg. em 11.12.2017, condenada à pena de inabilitação temporária de 2 anos para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, pela violação aos arts. 153 e 142, inc. III, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (3) PAS CVM nº RJ2017/628, julg. em 13.3.2018: condenada à multa de R\$75.000,00, por infração ao art. 153, c/c art. 142, inc. III, ambos da Lei nº 6.404/1976.

<sup>vii</sup> **Walid Nicolas Assad foi condenado em 6 processos:**

- (1) PAS CVM nº RJ2015/3103, julg. em 2.8.2016: condenado à multa de R\$40.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inc. IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (2) PAS CVM nº RJ2015/3216, julg. em 25.10.2016: condenado à multa de R\$30.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (3); PAS CVM nº RJ2015/8675, julg. em 25.10.2016: condenado à multa de R\$30.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (4) PAS CVM nº RJ2015/3387, julg. em 13.12.2016: condenado à multa de R\$70.000,00, por infração ao art. 132, c/c art. 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (5) PAS CVM nº RJ2016/8914, julg. em 11.12.2017, condenado à pena de inabilitação temporária de 2 anos para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, pela violação aos arts. 153 e 142, inc. III, ambos da Lei nº 6.404/1976;
- (6) PAS CVM nº RJ2017/628, julg. em 13.3.2018: condenado à multa de R\$75.000,00, por infração ao art. 153, c/c art. 142, inc. III, ambos da Lei nº 6.404/1976.

<sup>viii</sup> Aplica-se por analogia o artigo 63 do Código Penal: “Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”.